

# LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA DE COALIZAÇÃO EM PARINTINS-AM

IOLETE RIBEIRO DA SILVA\*

Universidade Federal do Amazonas

<https://orcid.org/0000-0002-9416-6866>

DALVINA TEIXEIRA ROLIM\*\*

Universidade Federal do Amazonas

<https://orcid.org/0000-0001-7512-3177>

MARINEZ FRANÇA DE SOUZA\*\*\*

Universidade Federal do Amazonas

<https://orcid.org/0000-0003-2841-7759>

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a luta social por uma educação do campo, a partir da experiência de uma coalizão de defesa de direitos identificando estratégias de atuação, impactos, desafios e articulações com a luta das comunidades por uma educação do e no campo - o Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire (FOPINECAF). Os dados foram levantados no portal do grupo de pesquisa, cadastrado no CNPq, que apoia as atividades do Fórum. São identificados os esforços coletivos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações comunitárias, órgãos públicos, Universidade e demais interessados na construção de melhorias para a educação e vida digna nos territórios do campo, das águas e das florestas no município de Parintins, Estado do Amazonas. Os resultados demonstram que o

---

\* Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas, doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Bolsista Produtividade CNPq. Relatora Nacional de Direitos Humanos da Plataforma DHESCA. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFAM e Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI/UFAM. Professora Visitante na Universidad Nacional Entre Ríos (UNER)/Argentina (2022). Filiada à Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os. Integrante do Núcleo de Estudos Afro Indígena e líder do Grupo de Pesquisa Subjetividades e processos de desenvolvimento dos povos amazônicos. E-mail: [ioleteribeiro@ufam.edu.br](mailto:ioleteribeiro@ufam.edu.br)

\*\* Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Pedagoga no Instituto Federal do Amazonas–Campus Tefé. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas–UFAM, Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia- ICSEZ (2017). Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Facibra Educante polo Parintins (2020). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire. Presidente do Coletivo de Mulheres UMPIN (União das Mulheres de Parintins). Membro do grupo de pesquisa Canoa e do NEPE. E-mail: [dalvinarolim13@gmail.com](mailto:dalvinarolim13@gmail.com)

\*\*\* Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, com a temática: Mulher Quilombola e Educação Antirracista e Decolonial. Mestre em Educação pela UFAM (2005); Graduada em Pedagogia pela UFAM (1994) e Especialização em Supervisão Educacional (UFAM – 2000). Professora Assistente no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia -ICSEZ na cidade de Parintins-Am. E-mail: [marinezfranca@ufam.edu.br](mailto:marinezfranca@ufam.edu.br)

Fórum tem atuado diretamente junto as comunidades rurais do Município de Parintins-AM, com intuito de fomentar diálogos sobre educação socialmente referenciada, nesses territórios, e a partir desses diálogos unir forças para levar essas demandas ao poder público e estabelecer estratégias de articulação comunitária em prol da obtenção do título das terras, conservação de lagos e rios, cuidados com a natureza, produção sustentável e auxílio para escoamento dos produtos. A análise da experiência do FOPINECAF demonstra a importância da coalizão para o enfrentamento coletivo e a organização da incidência política em defesa da educação no e do campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Amazônia, Movimentos Sociais

## ABSTRACT

### THE FIGHT FOR RURAL EDUCATION IN THE AMAZON: THE EXPERIENCE OF COALIZATION IN PARINTINS-AM

This work has the objective to discuss the social struggle for field education, from a defense coalition experience, identifying acting strategies, impacts, challenges, and articulations with the community struggle for an education by the, and for the rural area – the Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire (FOPINECAF). Data has been gathered in the research website, signed in CNPq, which supports the Fórum activities. The rural field workers, community associations, public bureaus, university, and anyone interested had their efforts identified in the goal to produce improvements to the education and life in general, which belong to the rural fields around Parintins, in Amazonas state. The result shows the the Fórum have been acting along the rural community of Paritins, Amazonas, with the wish to create dialog about referential social education in these territories and use these to create strength to raise demands to the public power and establish community articulation strategies pro to obtain land titles, conservation of lakes and rivers, nature care, sustainable production and help to product export. The FOPINECAF experience analysis shows the importance of coalition, to collective confrontation and the political raise organization to defend education and the field.

**Keywords:** Rural education, Amazon, social movements

## RESUMEN

### LUCHA POR LA EDUCACIÓN RURAL EN LA AMAZONIA: LA EXPERIENCIA DE COALIZACIÓN EN PARINTINS-AM

Este artículo tiene como objetivo discutir la lucha social por la educación rural, a partir de la experiencia de una coalición por la defensa de los derechos, identificando estrategias de acción, impactos, desafíos y articulaciones con la lucha de las comunidades por la educación en y en el campo - el Paulo Freire Foro Parintinense de Educación sobre Campo, Agua y Bosques (FOPINECAF). Los datos fueron recolectados en el portal del grupo de investigación, registrado en el CNPq, que apoya las actividades del Foro. Se identifican los esfuerzos colectivos de los trabajadores rurales, asociaciones comunitarias, organismos públicos, la Universidad y otros actores en la construcción de mejoras para la educación y

una vida digna en el campo, las aguas y los bosques en el municipio de Parintins, Estado de Amazonas. Los resultados demuestran que el Foro ha actuado directamente con las comunidades rurales del Municipio de Parintins-AM, con el objetivo de promover diálogos sobre educación socialmente referenciada, en estos territorios, y desde estos diálogos aunar esfuerzos para llevar estas demandas a los poderes públicos y establecer estrategias de articulación comunitaria a favor de la titulación de tierras, la conservación de lagos y ríos, el cuidado de la naturaleza, la producción sustentable y la asistencia para la disposición de residuos. productos. El análisis de la experiencia de FOPINECAF demuestra la importancia de la coalición para la confrontación colectiva y la organización de la incidencia política en defensa de la educación en y desde el campo.

**Palabras-clave:** Educacion rural, Amazonia, movimientos sociales

## INTRODUÇÃO

O contexto amazônico desperta interesses de grandes grupos capitalistas por sua exuberância, grandeza e riquezas de águas, flora, fauna, minérios. A educação no campo na Amazônia brasileira apresenta especificidades em relação a outras regiões do país seja pela geografia local, onde o meio de transporte mais utilizado é o fluvial, seja pela diversidade dos povos amazônicos.

No Amazonas a educação do campo possui características peculiares atreladas aos diferentes povos amazônicos que residem nos espaços de várzea e/ou terra firme com ciclos de cheia e seca que se alternam ao longo do ano e influenciam o calendário escolar e a organização das atividades letivas. Diferente das outras regiões do país, os movimentos sociais de educação do campo no Amazonas possuem pouco tempo de existência e são pouco articulados, isso talvez se deva à amplitude e heterogeneidade geográfica presente na Amazônia Brasileira. Diante disso, este estudo sistematiza a luta de movimentos sociais em prol da educação no campo desenvolvidos especificamente no município de Parintins<sup>1</sup>, um dos principais

polos da região do Baixo-Amazonas pelo Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire (FOPINECAF). O Fórum tem como bandeira de luta uma educação básica, pública, gratuita, emancipadora e que corresponda aos anseios das comunidades caboclas-ribeirinhas-indígenas-quilombolas, entre outros povos que vivem nesta região.

O objetivo principal deste estudo é analisar a luta social por uma educação do campo, a partir da experiência de uma coalizão de defesa de direitos identificando estratégias de atuação, impactos, desafios e articulações com a luta das comunidades por uma educação do e no campo. Para isso, analisaram-se as ações do FOPINECAF junto às comunidades rurais no município de Parintins-AM, as reuniões e rodas de conversas que estão sendo concretizadas com os sujeitos desses espaços e as conquistas alcançadas com o poder público para a melhoria da qualidade de vida, inclusive no que tange a oferta e ao acesso à educação.

O Município em questão, possui duas universidades públicas, uma estadual e outra federal,

---

363 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado do Amazonas. Sua área é de 5.952 km<sup>2</sup>, representando 0,1545% da Região Norte brasileira. (IBGE, 2021). O município é conhecido principalmente por sediar o Festival Folclórico dos Bumbás Garantido e Caprichoso, uma das manifestações culturais importantes na América Latina e que divide a cidade em azul e vermelho.

e um instituto federal, que juntos contribuíram para a formação de profissionais e pesquisadores que atuam em várias frentes de atividades desenvolvidas no estado. No entanto, sabe-se que a busca pelo desenvolvimento desta região articula-se ao processo educativo de base das populações que vivem no interior da Amazônia. As dificuldades na oferta da educação para esses povos são muitas, a maioria atrelada ao descaso do poder público, que sempre se utilizou de medidas paliativas e compensadoras, principalmente nas escolas do campo. Dividimos este estudo em três tópicos visando o melhor entendimento do objetivo proposto, o primeiro intitulado “As condições históricas da luta social do campo” que vem trazendo um pouco da historicidade e construção desses espaços como lugar de luta e vida digna, o segundo tópico denominado de “Que escola? E que educação do campo?” que procura reafirmar a escola que queremos nos espaços do campo, e como ela está atrelada a formação emancipadora desses povos, sua importância como espaço de trocas, aprendizagens, formação crítica e política, o terceiro e último tópico FOPINECAF: Uma coalização recente no município de Parintins-AM, que apresenta as atividades desenvolvidas desde a criação do Fórum e dá escopo e força a luta por educação e vida digna nas comunidades presentes no município de Parintins, fortalecendo as demandas e a identidade desses povos como seres sociais, políticos e sujeitos de sua história.

## AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA LUTA SOCIAL NO CAMPO

Historicamente o campo sempre foi considerado como “lugar de atraso” e para acesso a mão de obra barata por parte de grandes empresários, não havia preocupações acerca da disponibilidade de educação nesses territórios, cedendo lugar apenas para a exploração e mercantilização do trabalho no campo. A história brasileira mostra que o país era eminentemente agrário no tempo da colônia portuguesa, e

predominava a escravidão. Posteriormente quando a mão de obra escrava é substituída pelo trabalho assalariado, os interesses continuam voltados para o acúmulo de riquezas através da exploração, e novamente a educação não é vista como prioridade.

Historicamente, a grande maioria do povo brasileiro ficou desamparada do direito à educação básica, superior, continuada e de qualidade. A adequação dos processos educativos a sistemas de interesses da elite dominante gerou desigualdades sociais incommensuráveis, com impactos negativos às camadas populares, sobretudo aos camponeses, frequentemente vistos e tratados como “jeca tatu”, estereótipo usado para inferiorizar e desqualificar estes povos. (OLIVEIRA, MIRANDA e TORRES, 2021, p.15)

O preconceito e os estereótipos utilizados para rotular e segregar o campo e seus sujeitos, sempre estiveram atrelados a visão urbanocêntrica de modernidade e progresso pregados pelo modelo capitalista de vida. No entanto, é importante citar que a lógica da agricultura familiar que ocorre nos territórios camponeses, não obedece a lógica do capital, o uso da terra se dá para consumo e subsistência da família e em parcerias com comunitários vizinhos, atende uma forma de organização própria que visa os valores tradicionais e culturais passados de geração a geração sobre o cultivo da terra e produção nesses espaços, um consumo sustentável, preocupado com o meio ambiente, diferente do que prega o agronegócio. “[...] A agricultura familiar alivia o conglomerado de pessoas nas cidades, mantém as tradições culturais e protege a fauna e a flora e nos assentamentos evita as favelas rurais que ficam abandonadas ao descaso dos governos.” (TRENTINI et al, p.12, 2021) O acesso à terra e o trabalho que essas populações desenvolvem é voltado para a construção de saberes próprios, que fundamentam a vida no campo. “[...] Homens e mulheres que constroem o movimento camponês, constroem também o seu saber social no cotidiano de suas lutas. Isto pressupõe que a aprendizagem é gerada no processo de trabalho. [...]” (GHEDIN, 2008, p. 32)

A sociedade de mercado também conhecida pelo acúmulo de excedentes e exploração das minorias tem sua origem na produção e reprodução da vida no mundo do trabalho, “[...] Ao produzirem os seus meios de existências, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.” (MARX E ENGELS, 1999, p.11) É por meio do trabalho que se dignificam e dignificam uns aos outros, porém com o advento do capital o trabalho deixa de ser uma ferramenta de sobrevivência e passa a ser uma ferramenta de exploração do homem pelo homem. “[...] os indivíduos são completamente subordinados à divisão de trabalho e ficam por isso mesmo colocados numa situação de dependência total uns dos outros. [...]” (MARX E ENGELS, 1999, p.115) A questão do trabalho nos espaços do campo, das águas e das florestas, torna-se fundante, pois é a partir dele que o ser humano pode transformar o ambiente ao seu redor.

Não é possível discutir a Educação do Campo sem inserir no debate a analogia do trabalho humano e suas relações sociais, pois o ser humano intervém no seu meio social por intermédio do trabalho, modificando a própria existência e sua essência, assim altera sua consciência e consequentemente o seu pensamento nos diversos aspectos. (GHEDIN e BORGES, 2007, p. 63)

Com os conhecimentos que o homem vai adquirindo, ele procura criar melhores ferramentas para se adaptar e moldar a natureza de acordo com sua necessidade de sobrevivência, através do trabalho mental e físico que realiza. Entretanto os moldes de uma sociedade capitalista criam amarras para controlar a sociedade e manter a divisão de classes, incentivando o individualismo e minando qualquer possibilidade de ideal coletivo das camadas populares, o que faz com que seja extremamente necessária a formação no campo ideológico, para que se tenha consciência do seu papel no mundo.

O campo cria e sustenta a sociedade nas pequenas e grandes cidades, isto é um fato que sempre incomodou o poder instituído no Estado e o grande Capital. No Brasil, particularmente, o campo sempre foi deixado em segundo

plano. Praticamente todas as políticas públicas e planejamentos governamentais privilegiaram os espaços e territórios urbanos em busca do desenvolvimento. Mas que desenvolvimento é esse que só beneficia um grupo em detrimento do meio ambiente e povos amazônicos? As ideologias dominantes massificaram por muito tempo os territórios não urbanos como espaços de não desenvolvimento, sem conhecimento, sem perspectiva. No entanto, a luta, a vivência e o movimento das populações afastadas das cidades vêm mostrando justamente o contrário do que sempre lhes foram instituídos. Nos territórios do campo, das águas, das florestas, dos mangues, dos litorais há vida, cultura, conhecimento, saberes, esperança e muito potencial para desenvolvimento dessas localidades. “[...] refletimos que não há como educar e aprender sem participar, sem considerar a realidade identitária e cultural dos povos do campo, sem conhecer os problemas dos sujeitos dos diversos territórios camponeses; sem vincular escola, vida, terra, floresta, água e trabalho. [...]” (VASCONCELOS, 2017, p.89)

Os movimentos sociais, as articulações e engajamentos dos militantes do campo têm contribuído bastante para que essas populações se reconheçam como sujeitos políticos de direitos, e tenham acesso a uma educação de qualidade social, questionando os padrões eurocêtricos, patriarcais e elitistas que aprendemos desde sempre e estão entrelaçados a história desse país. Desse modo, Borges, (2016, p.115) afirma que “[...] a escola pública do campo deverá ter a intenção de centrar-se na formação do ser humano como ser social responsável pelos seus atos, por meio de sua consciência compreendendo-se por estar no mundo e dialogando com eles e com outros”.

É notório que a educação do Campo surge no contexto das lutas das pessoas que residem nesses territórios articuladas a movimentos sociais, dentre eles o MST (Movimento de Trabalhadores Sem-Terra), que sempre estiveram lutando por vida digna e pela divisão justa de terras em nosso país.

A educação do campo, como um processo histórico, vincula-se diretamente às lutas dos trabalhadores do campo organizados na forma de movimento social. No caso, organizados a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – que nos processos de luta pela terra e de vida digna nos assentamentos reivindicaram o direito à educação. [...] (SILVA, 2020, p.03)

Os Movimentos Sociais protagonizam um processo de luta de classes, frente ao modelo econômico das sociedades capitalistas. O MST se apresenta como representante dos trabalhadores/as rurais ao lutar pela reforma agrária que na sua visão significa acesso ao trabalho e à vida. Processos socioculturais são evidenciados no MST, e estes, segundo Caldart (2004), “têm caráter formativo, destacando a luta por uma escola do campo, que atenda as reais necessidades deste segmento social”. O caráter formativo é para Maria Glória Gohn, uma das características essenciais dos movimentos sociais. Assim, o MST protagoniza por meio de seus sujeitos um projeto educacional próprio, discutido, problematizado, estruturado no interior dos seus movimentos. Levando-se em consideração as identidades, as culturas, os saberes, o currículo, o tempo e o espaço na construção de uma educação no/do campo. A educação do/no campo portanto, é resultado da luta coletiva desses sujeitos, organizados em movimentos sociais, contrapondo o modelo de educação rural que foi oferecido pelo Estado durante toda história de nosso país, ou seja, um modelo que ignora as diversidades e os saberes fazeres desses povos, que segue a lógica capitalista do agronegócio. Gohn (2014 p.247-248), traz como conceito de movimento social a seguinte explicação:

[...] movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer-por meio de um conjunto de procedimentos- e um pensar- por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. [...] nem tudo que muda na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social. Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social.

Assim sendo, as conquistas alcançadas pelos povos do campo se deram através das lutas e resistências construídas durante o processo histórico de nosso país, forjadas no seio da luta social no campo, articulada a movimentos maiores, no intuito de prover vida digna e educação de qualidade nesses espaços. Sabe-se que no Brasil, as populações rurais, do campo, das águas e das florestas em grande parte são espaços com escassos investimentos do poder público. São territórios quase sempre sem saneamento básico, sem serviços de saúde e educação, onde também há pobreza extrema, desempregados, problemas de nutrição e outros fatores estes que causam o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. As formas de organização dos trabalhadores têm suas origens indígenas, africanas e pela colonização europeia. Essa mistura étnica resulta numa diversidade identitária muito forte e significativa, porém com mão de obra pouco valorizada atenuando o número de subemprego, baixos salários, empregos temporários, produção de subsistência.

Uma das alternativas para diminuir essa desigualdade é a Reforma Agrária, tema complexo e tenso, justamente porque não há interesse do Estado em fazer essa redistribuição de terras dos grandes latifundiários. É no bojo deste contexto que se configuram interesses antagônico que de um lado vivem pessoas com seus sonhos e lutas por uma vida mais digna e equidade social. E de outro, “os grandes proprietários de terras, que são ainda latifundiários tradicionais, que não querem qualquer espécie de reforma ou mudança na ordem das coisas” (RIBEIRO, 2015, p. 76).

É importante salientar que a questão agrária no país está diretamente ligada ao capital, a luta pela terra perpassa a história de diversos camponeses e camponesas que precisam lutar pela permanência e condições dignas de vida no Campo. A divisão justa de terras no país vai contra o projeto hegemônico capitalista que segue os ideais neoliberais e trata o campo como lugar somente para produção e geração

de mais valia, não compreende e nem respeita as relações sociais ali estabelecidas, é necessário entender o campo como lugar de vida. A educação que se almeja para esses territórios foge do modelo colonizador e busca um projeto político pedagógico renovado que rompa com o paradigma dominante de educação e assuma um compromisso com as camadas populares e com esses sujeitos do campo.

## QUE ESCOLA? E QUE EDUCAÇÃO DO CAMPO?

Queremos pensar em uma escola e educação do campo embasadas em cinco dimensões que se interligam e se completam: dos deveres do Estado, da diversidade dos territórios, dos movimentos sociais, dos saberes tradicionais e da formação de professores. Acreditamos que a força dessas dimensões, conseguem estruturar a Educação do Campo, das águas, das florestas, dos assentamentos, indígenas, quilombolas, dos colonos, posseiros, dos seringueiros, dos assentados e de suas escolas que correspondam aos anseios e objetivos dos sujeitos sociais que habitam as mais diversas e longínquas regiões de nosso país.

Partimos da compreensão de que a educação é direito inalienável de todos os seres humanos, promove o protagonismo, valoriza a diferença ao provocar o diálogo entre as culturas, contribui para a construção de um mundo melhor e sem discriminação, onde todos possam viver com dignidade. A educação é compreendida, portanto, como um dos elementos importantes no processo humanização das pessoas e de enfrentamento da pobreza (HAGE, 2011, p. 206).

A educação é dever, responsabilidade do Estado, está assegurado em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo seis, que afirma a Educação como um direito fundamental de natureza social, porém, este acaba por não garantir e legitimar a igualdade de oportunidades, configurando-se ao longo de nossa história uma educação classista, elitista, burguesa e racista, deixando claro a educação que se oferta para a burguesia e a educação que

é dada para a classe trabalhadora, deixando à margem o atendimento das camadas populares, as minorias, neste caso pode-se incluir as populações do Campo.

O campo tem sido um campo literalmente de lutas, não só neste século, como também nos anteriores. Por ser um espaço geográfico marcado pelos interesses dos senhores de escravos, senhores feudais, burgueses e capitalistas “modernos, tornando a terra sinônimo de violência e desigualdade social, decorrente da concentração fundiária nas mãos de todos esses senhores, deixando a minoria da população do campo desassistida das necessidades básicas. (VILHENA JR & MOURÃO (2012, p.181).

E quando se pensa em campo, podemos pensar na diversidade social que ocupam os diversos espaços e territórios de nosso país, são sujeitos com vivências peculiares, com sonhos, necessidades e trabalhos diferentes do apresentado nos discursos hegemônicos que certamente não os colocam em mesmas condições e oportunidades como ocorre para parte dos grandes centros urbanos. A complexidade sociocultural se traduz em uma perspectiva de análise que vai em busca do rompimento com os preconceitos culturais e com os discursos que sufocam ou estereotipam determinadas culturas, sensibilizando para um reconhecimento das identidades culturais como uma alternativa de construção não-homogênea e absoluta, mas sempre diversa e relativa, dado seu caráter histórico. A escola do campo que queremos deve trazer para dentro de suas práticas pedagógicas toda essa riqueza e bagagem sociocultural.

O propósito de uma escola em contexto campestre, rural, das águas e das florestas é a formação do trabalhador e da trabalhadora rurais com conhecimento para enfrentar os desafios da produção e da vida contemporânea. “Esse aprendizado articula-se com o trabalho cooperativo e com uma produção em harmonia com os seres humanos e a terra, tendo como meta a constituição de relações sociais democráticas e solidárias” (RIBEIRO, 2015, p. 196).

Sendo o campo um espaço simbólico e concreto de lutas pelos direitos de seus sujeitos,

são estes, por meio do MST que protagonizam em suas pautas entre outros, um projeto educacional próprio, discutido, problematizado, estruturado no interior dos seus movimentos, levando em consideração as identidades, as culturas, os saberes, o currículo, o tempo e o espaço na construção de uma educação no/do campo.

Em 2001 Câmara de Educação Básica aprovou o Parecer 36/2001 que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo que tem um significado próprio, estruturado na luta por uma educação diferenciada e se incorpora em

[...] os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo nesse sentido, mais do que o perímetro não urbano é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p.14).

Na Amazônia temos características muito expressivas, como: uma extensa área territorial, uma densa floresta, rios exuberantes, ciclos de enchente-vazante, as terras de várzea e terras-firme e uma diversidade social muito significativa. Seu “aparente isolamento” se dá por suas extensas distancias geográficas onde o meio de transporte mais usado é o fluvial (barcos, lanchas, rabetas, canoas). Estas e outras especificidades levam a problematizar uma educação do campo que responda aos anseios e desejos de suas populações.

Como a educação formal desenvolvida nos espaços rurais não se diferenciava em sua estrutura do modelo curricular também desenvolvido na cidade, com o fortalecimento dos movimentos sociais, os sujeitos por meio de suas articulações e organizações sociais, lutam pela posse da terra, condição fundamental para se buscar a conquista de outros direitos como: Educação do Campo, financiamentos para suas atividades agropecuárias, estrada e transporte para o escoamento da produção e para assegurar o direito de ir e vir. (VILHENA JR e MOURÃO,

2012, p. 170). A busca por mão de obra barata fazia com que os interesses governamentais não se voltassem para promover uma educação de qualidade nesses espaços, dando lugar a exploração e mercantilização do trabalho no campo. Pensar essa educação implica pensar na função social das escolas do campo, e em como elas podem ajudar na articulação desses sujeitos em busca de melhorias para o lugar em que vivem. Caldart (2020, p. 08) colabora explicando que:

No quadro atual do sistema, dificilmente as escolas públicas serão mantidas no campo, por si mesmas. São as comunidades camponesas que seguram suas escolas e podem pressionar para manter seu caráter público. Para isso as escolas precisam ajudar as famílias a entender porque é preciso mantê-las, e como escolas públicas, qual o seu lugar nos processos de “resistência ativa” dessas comunidades, sejam processos elementares ou mais avançados.

Nesse sentido, a escola assume um papel transformador, que não serve aos interesses do capital, mas que amplia as lutas para que esses territórios respeitem suas especificidades, bem como esteja vinculado a um projeto preocupado com a conservação da natureza, contribuindo para o avanço socioambiental no campo. A escola precisa ter a função de refletir a sociedade a partir das desigualdades, compreendendo a historicidade de um país marcado pela escravidão, pela luta das minorias no que tange as conquistas sociais, e pela predominância de um sistema que oprime e marginaliza todos aqueles que não seguem um padrão social elitista, branco, heterossexual, cristão e burguês. Nessa contradição de desigualdades e lutas, que ao mesmo tempo obriga as minorias a viverem em opressão também reaviva a chama da luta por emancipação.

Uma das maiores riquezas encontradas no interior das escolas do campo são os saberes tradicionais vividos, conhecidos, elaborados pelos povos amazônicos. A educação tradicional sempre priorizou o currículo padrão, deixando de fora os saberes produzidos e historicamente passados de geração a geração

nas comunidades por pescadores, parteiras, rezadores, mães, pais e outros. Esses saberes potencializam a identidade, o sentimento de pertença porque vem carregados de sentimentos e simbolismos numa relação harmoniosa com a terra, a água, as plantas, o clima, os animais, os remédios curativos e com outras culturas. Então o camponês descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura: renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história. (FREIRE, *Pedagogia da Autonomia*, 1997).

E por fim, a organização do fazer pedagógico com o trabalho docente articulados aos saberes locais sintetizam anseios e desejos por uma educação do/no campo como fruto de lutas, discussões e aspirações das populações que trabalham e vivem nestes contextos. Porém, faz-se necessário pensar numa formação que dê subsídios, parâmetros, fundamentos, motivação e bases para o professor e a professora que atuam nas escolas do campo. “É na luta dos movimentos sociais que o professor se constitui trabalhador, e enquanto trabalhador que o professor exerce sua pedagogia. (FREIRE, 1997, *Pedagogia da Autonomia*). Essa luta incorporada à organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo não deve ser enrijecida, mas flexível onde se leve em consideração as culturas, os saberes, o trabalho dos discentes que vivem em contexto campestre, ribeirinho e das florestas.

Garantir políticas públicas para a formação inicial e continuada de professores e professoras do campo é uma das bandeiras de lutas dos movimentos sociais e uma premissa fundamental para uma sólida formação de todos os profissionais da educação. O Estado deve assim ser desafiado a investir em política de formação.

A formação é, portanto, sem dúvida, um meio poderoso que se pode gerar a transformação das práticas pedagógicas, pois quando se define uma política de formação, implicitamente se mexe com uma série de elementos

a ela associados como: a política educativa, o sistema educativo, as leis, os estatutos e a carreira dos educadores, a organização escolar, os processos de ensino, as aprendizagens, o currículo, as características dos alunos, das comunidades e o próprio contexto educativo onde se desenvolve a ação dos educadores. Os processos de formação estão por isso mesmo, inevitavelmente associados à promoção de mudanças na pessoa dos educadores, na prática em sala de aula, no contexto escolar, e, em consequência na sociedade como um todo. (HAGE, 2011, p. 211)

Assim, consideramos as cinco dimensões aqui tratadas brevemente mas que se somam e se interligam para sustentar a luta dos movimentos sociais na conquista de, não somente, uma escola do/no campo, mas, a configuração de uma Educação do/no campo.

## FOPINECAF: UMA COALIZAÇÃO RECENTE NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

A base para realização dessa pesquisa, se deu a partir das experiências da luta social do Fórum Parintinense de Educação do Campo, das Águas e das Florestas Paulo Freire, dos relatos dos comunitários e demais militantes que protagonizam pela dialogicidade em cada ato realizado e/ou rodas de conversas que se realizam em tempos e espaços diferenciados. O Fórum, enquanto coletivo de instituições públicas, movimentos e organizações sociais e de comunidades rurais do município de Parintins (AM), foi criado em outubro de 2017 junto à semana de Pedagogia que ocorreu no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia- (ICSEZ-UFAM Parintins) e tem dialogado sobre demandas relacionadas à efetivação das políticas públicas de Educação do Campo em Parintins (AM) articuladas às áreas ambiental, cultural, agrária, agroecológica e econômica nos territórios rurais. Numa entrevista com um dos militantes fundadores do FOPINECAF ao

falar sobre a formação deste movimento social colocou as seguintes informações:

Já havia um grupo de pessoas há uns 30 anos envolvidos na temática de Educação do Campo, o mérito desse grupo é a agregação, porque fomos trazendo vocês aos poucos para o nosso lado. Trabalhávamos como extensionistas rurais no IDAM aqui em Parintins. A própria dinâmica do trabalho nos aproximava bastante dos comunitários e comunidades. E a cada retorno para a cidade crescia nossa indignação e insatisfação com o que víamos nas escolas das águas e das florestas. Fomos trazendo diferentes pessoas e profissionais aos poucos para pensar conosco como mudar a realidade impactante das escolas e seus profissionais nesses contextos. Nós (eu e outros extensionistas) não tínhamos conhecimento dessa organização como é hoje, mas tínhamos a clareza do que queríamos para a educação do campo do município, mudanças e melhorias. Falávamos muito: 'temos que fazer alguma coisa para mudar esse cenário nas escolas do campo'. Nós não tínhamos a autoridade ao nosso lado, trabalhávamos com os pequenos produtores rurais. Hoje, este cenário está mudando. (Wanderley Holanda. 76 anos. Membro fundador do FOPINECAF).

O Fórum se organiza e realiza as rodas de conversas a partir de um tema gerado coletivamente. Cria-se uma pauta discutida pelos integrantes do grupo, priorizando a fala dos/as comunitários/as. A participação das instituições se dá por parcerias e com a colaboração na logística das idas e vindas à cada comunidade. Geralmente a comunidade receptora organiza o espaço da reunião, um café da manhã e a música de início e apresentações culturais. Para as demais refeições, cada participante leva algo para partilhar com os demais. Cada roda de conversa dura em média um dia quase todo. Iniciando as 8h da manhã e encerrando no máximo as 16h. Participam adultos, jovens, idosos, crianças, adolescentes, lideranças, professores, professoras e demais profissionais das comunidades participantes.

É pelo viés da Pedagogia da Alternância<sup>2</sup>,

2 De acordo com Pacheco, 2016, "A ideia central da Pedagogia da Alternância está na busca pela formação integral do educando, de maneira a fazer com que o mesmo exerça seu papel na sociedade e in-

que o grupo tenta partilhar de diálogos que colaborem com a educação do município de Parintins- AM. Pedagogia esta traduzida nas palavras do professor André de Oliveira Melo, professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas e membro do conselho administrativo e da equipe pedagógica da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Amazonas (ARCAFAR) "Os lugares de convivência diária do sujeito do campo são lugares de construção de saberes, e por isso é "da alternância", porque é a escola dialogando com o cotidiano, com a vivência dessas pessoas, é transformar o conhecimento produzido em sala de aula e aplicar ele em casa, no lugar em que se vive." (XI RODA DE CONVERSA DO FOPINECAF, 2022)

O Fórum tem realizado desde a sua criação em 2017, diversas atividades no município, reunindo mais de 30 (trinta) comunidades rurais. As propostas apresentadas são um esforço coletivo de lideranças comunitárias, de agricultores familiares, de jovens estudantes, de professores da educação básica e do ensino superior, de gestores de escolas rurais, de pesquisadores e de entidades parceiras como GRANA, IDAM, ARCAFAR, STTR, IFAM, SEMED, SEDUC, UEA, UFAM, EMBRAPA, COOPMAFA, AFAGO, UMPIM e de Escolas do Campo, rumo a uma Política pública municipal que fortaleça a Educação do Campo em Parintins em diálogo com a dinâmica dos territórios da várzea e terra-firme, e em articulação com as áreas ambiental, cultural, agrária, agroecológica e econômica das comunidades rurais.

Nós temos 5 anos, somos 92 pessoas que atuam no movimento. São 12 rodas de conversas diferente uma das outras. O formato é o mesmo, mas a cada evento q se faz um é diferente do outro. Preparamos o roteiro, as demandas. Antes da Pandemia, em setembro de 2019, aconteceu a 10ª roda de conversa no Laguinho. Depois da Pandemia tivemos 2 rodas. E a última foi a décima segunda no ICSEZ pelos 05 anos do Fopinecaf (Wanderley Holanda. 76 anos. Membro fundador do FOPINECAF).

clua a apropriação reflexiva, participativa, crítica e criativa dos conhecimentos necessários a vida e o trabalho no meio rural."

A base da organização e funcionamento do FOPINECAF é o protagonismo de seus comunitários e lideranças locais e dos demais territórios participantes. Os diálogos ali realizados são registrados e transformados em demandas para discussões dos fóruns que ainda se realizarão ou são transformados em ações, ou ainda em documentos a ser encaminhado ao poder público solicitando deste, algum posicionamento ou encaminhamento. Sabe-se que o campo é resultado dessa luta constante de suas populações, que em meio ao descaso do poder público busca articular meios para conseguir atendimento e melhoria aos direitos básicos de uma vida digna. “A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. [...]” (SILVA; JÚNIOR, 2012, p.317)

Entre as diversas propostas levantadas nas rodas de conversa promovidas pelo FOPINECAF nas comunidades rurais e sede do município de Parintins, destacamos 03 pontos essenciais que sintetizam as demandas dos agricultores e agricultoras familiares:

- 1. Elaboração, aprovação e implementação de uma Política de Educação do Campo**, nas redes de Educação infantil, Educação fundamental, ensino médio, técnico e tecnológico, que respeite a cultura, os saberes e identidades dos povos do campo; promotora do desenvolvimento social integral e valorativa das experiências socioculturais.
- 2. Valorização do trabalho do homem e da mulher do campo** (como a agricultura, a pesca e o extrativismo), com assistência técnica, poços artesianos para irrigação, melhoria das estradas para o escoamento da produção, espaço específico para a comercialização e armazenamento da produção, compra direta da produção rural do agricultor e

da agricultora familiar, no mínimo 30% exigido por lei; certificar a produção dos agricultores e agriculturas familiares.

- 3. Fortalecimento do diálogo entre as universidades e as comunidades rurais**, promovendo a integração e parcerias das instituições em prol da Educação do Campo envolvendo os poderes Executivo e Legislativo.

A última roda de conversa promovida pelo Fórum aconteceu na Comunidade Nossa Senhora do Rosário Lago do Máximo no município de Parintins- AM, que culminou na elaboração da carta que será apresentada X FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO - FOSPA Belém 2022, e contou com a participação de importantes lideranças do campo e da cidade, no intuito de unir forças para atender as demandas dessas populações, a partir do olhar e da vivência de cada sujeito que reside nesses territórios. Segue abaixo o conteúdo da carta que foi apresentada:

## CARTA ABERTA DE PARINTINS

Parintins, 21 de maio de 2022.

Nós, povos das Amazônias, presentes na XI RODA DE CONVERSA DO FOPINECAF / PRÉ-FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO, dialogamos sobre o tema “**Por uma Educação nas Amazônias das Terras, das Águas e das Florestas com a Pedagogia da Alternância**”, na Comunidade Nossa Senhora do Rosário Lago do Máximo, no Município de Parintins-AM, com a participação de professores, estudantes, pesquisadores, lideranças comunitárias, agricultores familiares, ribeirinhos e membros de instituições como Grupo Ambiental Natureza Viva - GRANAV, Comissão Pastoral da Terra - CPT, IDAM, ARCAFAR-PARÁ, ARCAFAR-AMAZONAS, SEMPA-PIN, STTR-PIN, SEMED-JURUTI-PA, UEA, UFAM, COOPMAFA, Grupo de Pesquisa em Educação do Campo e Territorialidade Amazônica - CANOA e UMPIN, Escolas do Campo e Comunidades rurais de Várzea e Terra Firme do município de Parintins-AM, e

contou com a colaboração da articulação do FOSPA no Amazonas.

Nesse encontro da diversidade lançamos nossa Tarrafa dos Sonhos e afirmamos que “Nós, povos Amazônidas, queremos mais amor ao próximo e a natureza, e menos desmatamento; queremos mais vida e menos destruição das nossas riquezas naturais; queremos água limpa e nossa floresta em pé; queremos na Escola do Campo, das Águas e das Florestas o ensino de agroecologia que é nossa identidade; e queremos uma Educação Escolar nas Amazônias que valorize e reconheça os saberes que produzem a vida nas Amazônias.”

Como sementes de transformação geradas no diálogo com sujeitos que partilharam saberes e sabores das Amazônias na XI Roda de Conversa do FOPINECAF e no Pré-Fórum Social Pan-Amazônico encaminhamos ao poder público, as instituições educacionais e técnicas do município de Parintins-AM demandas locais como: Curso técnico para a juventude do Campo que concluiu o ensino médio; vive na comunidade e precisa de formação técnica; Lutar pelo ensino na metodologia da pedagogia da alternância; Implantação do EJA Campo nas comunidades; Lutar por livros e recurso pedagógico na perspectiva da Educação do Campo; Desenvolver formação continuada de professores(as) na perspectiva da Educação do Campo (oficina pedagógica interdisciplinar com os professores) ; Curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFAM Parintins; Gestão democrático nas escolas com eleição para gestores das escolas; Comodato do Centro de Capacitação em Alternância e garantir o seu funcionamento para os cursos profissionalizante e técnicos para a juventude do Campo. Ao mesmo tempo apresentamos sementes de transformação ao X FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO – FOSPA Belém 2022:

1. Elaboração de cartografias com os saberes dos povos amazônicas para serem ensinados nas escolas nas Amazônias;
2. Lutar pelo reconhecimento e valorização dos saberes do Trabalho, das Culturas

e da Natureza dos povos Amazônidas, nas instituições educacionais que regulamentam a educação escolar nas Amazônias;

3. Lutar por uma Educação Escolar nas Amazônias diferenciada e que tenha haver com a vida dos povos originários e tradicionais, das periferias e da classe trabalhadora que resistem para continuar existindo nos seus territórios;
4. Criar programa de formação de jovens, aliado a geração de renda;
5. Lutar pelos direitos da natureza nas Amazônias.

## A POÉTICA COLETIVA DA XI RODA DE CONVERSA DO FOPINECAF/PRÉ-FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO

### Quem sou eu na Amazônia?

Sou árvore, sou vida

Sou flores, sou gente, sou natureza

Sou Amazônida, caboclo e agricultor

Sou uma árvore de muito valor

Sou semente que brota na Amazônia

Sou floresta que traz o verde do conhecimento

Sou uma árvore que dou florestas e frutos

Sou terra, floresta, rio, história, cultura e tradição

Sou tudo, pertenço a Amazônia

Sou o que o curso do rio me levar

Pertenço à natureza, assim como ela faz parte de mim

Sou Amazônia viva

Sou o futuro desse mundo

Sou preservação para os dias melhores

Sou rios, florestas, peixes, homens e mulheres

Sou à força da mulher amazônica, trago comigo a esperança de dias melhores

Sou um caboclo cheio de sonhos e muito utopia

Sou culturas

Sou o futuro do amanhã

Sou semente de um futuro melhor na Amazônia  
Sou sujeito da história  
Sou a sobrevivência  
Sou conservação  
Sou preservação  
Sou puxirum  
Sou o coração do mundo  
Sou caboclo feliz  
Sou uma semente  
Sou guerreiro, sou artista  
Sou a raiz dessa terra amazônica  
Sou jovem mulher  
Sou a esperança da vida melhor na Amazônia  
Sou sonhadora  
Sou acolhedora  
Sou conhecimento,  
Sou semente de transformação  
Sou preservação da vida  
Sou várzea  
Sou Águas  
Sou florestas

Sou cuidador da Terra  
Sou conhecimento  
Sou pássaros e flores  
Sou povo de fé  
Sou um paraíso  
Somos povos da floresta.  
Somos protetores da Amazônia  
Somos andarilhos das águas, das florestas, da/na  
Amazônia  
Somos aprendiz das Amazônias  
Somos Amazônidas  
Somos resistência  
Somos floresta em pé  
Somos o ar puro  
Somos instrumentos de amor e fé.

Nós, povos Amazônidas convidamos nossos parentes a reflorestarmos o pensamento nas nossas Amazônias, com os viveres, conviveres, saberes, sabores e aromas dos povos Amazônidas e construirmos outro mundo possível e necessário coletivamente.

**Figura 1** – Comunidade Nossa Senhora do Rosário – Lago do Máximo/ Parintins-Amazonas



O conteúdo colocado na carta acima leva consigo o esperar de cada sujeito presente na roda de conversa, suas insatisfações com o poder público e o desejo de unir os saberes locais, aqueles saberes oriundos da prática diária e do trabalho de cada homem e de cada mulher do campo, da vivência e experiência representadas pelo olhar atento e curioso das crianças e dos jovens que ali vivem, aos saberes científicos do mundo, no intuito de garantir uma vida digna no campo com educação de qualidade.

[...] é preciso entender que a Educação do Campo não se constitui no vazio nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. Portanto, é fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (SOUZA, 2006, p. 08)

É importante destacar que uma das lutas alcançadas junto ao poder público, foi a da reforma da Casa Familiar Rural da Comunidade do Açaí na Gleba de Vila Amazônia na cidade de Parintins, o coletivo FOPINECAF foi representado pelo companheiro Jefferson Rosas, membro do grupo, que esteve presente no dia do anúncio feito pelo governador do Amazonas, 15 de junho de 2022. O Projeto foi pensado pelo coletivo e apresentado em outras reuniões antes do anúncio, uma conquista fruto dos esforços da luta social desenvolvida pelo Fórum Parintinense de Educação do Campo. “[...] A luta social por educação é um elemento de interesse social que imprime certa coesão com diversos sujeitos sociais, que vão dos movimentos sociais propriamente ditos, como o MST, até os apoiadores dessa causa nas universidades, na burocracia do Estado, nas organizações sociais, etc.” (Souza, et al, 2017, p. 52)

Os movimentos sociais trazem em sua essência a luta como parte da resistência às contradições nas estruturas sociais, é a junção de sujeitos e entidades dispostos a alcançar objetivos em comum, no caso dos movimentos sociais de educação do campo, a luta é pelo

direito de um ensino articulado aos saberes construídos pelos sujeitos do campo. Um ponto bastante comentado nas rodas de conversa é sobre a necessidade de continuidade dos estudos dos jovens que pretendem permanecer no campo, pois como afirmou um dos presentes:

O jovem aqui vai embora pra cidade porque não tem nenhuma expectativa de nada, termina o ensino médio e não sabe o que fazer com o que aprendeu na escola, nem encontra outras oportunidades de dar continuidade nos estudos, alguns até entram na criminalidade, que antes a gente pensava que só tinha na cidade, mas agora tem também aqui aonde a gente vive. (comunitário, roda de conversa, 2022)

Nesta fala evidenciamos diferentes problemáticas, uma delas ligada a desconexão de um currículo escolar atrelado à pedagogia da alternância, onde o jovem conseguiria se visualizar utilizando os conhecimentos apreendidos em sala de aula no próprio cotidiano, bem como levaria esses saberes para serem compartilhados no ambiente escolar. A outra problemática está atrelada a ociosidade que acaba resultando em criminalidade, a educação oferecida no campo precisa também se estender ao jovem que finalizou os estudos na educação básica, “a gente não quer ter que sair do campo pra buscar conhecimento, a gente quer que o conhecimento chegue até nós que moramos aqui.” (comunitário, roda de conversa, 2022)

A educação desses diferentes grupos tem especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e no Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. [...] É nessa compreensão que os movimentos têm pautado a luta pela Educação do Campo como sendo necessária para um projeto de reforma agrária. Tal luta faz parte da pauta da Educação do Campo, na perspectiva de criação de políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos, até políticas que garantam a elevação de escolaridade desses sujeitos. (DINIZ, 2019, p. 329)

A necessidade de fortalecer esses debates no campo e levar essas demandas até o poder público, contribui para que elas possam ser atendidas ou ao menos parte delas, sendo

direito desses povos uma educação que não esteja atrelada aos interesses do capital. Ao longo desse ano de 2022, por meio da força dos diálogos estruturados no FOPINECAF, algumas ações já foram deliberadas: i. Curso de Agroecologia, para 30 produtores rurais das comunidades da gleba da Vila Amazônia; ii. Curso de Especialização de Educação do Campo à 30 professores/professoras que estão ativos nas redes municipais e estaduais enquanto educadores e educadoras em escolas de territórios da várzea e de terras-firmes; iii. Um Fórum para discussão da Educação do Campo dentro da rede municipal. Existem algumas outras ações também importantes sendo construídas com outras instituições com o objetivo de fortalecer as vozes que dão vida e sentido à realidade vivida nos campos, nas águas, nas florestas dos diversos e complexos territórios amazônidas.

Assim diante do exposto, acredita-se que os esforços da luta social por uma educação do campo garantem avanços significativos para essas populações, além de tecer caminhos para uma outra realidade possível, diferente dessa que ainda se encontra na maioria das escolas do campo. As falas expressadas por cada sujeito do campo trazem consigo as inquietações quanto ao ensino que vem sendo ofertado, mas também ecoa como resistência, inclusive nesses momentos de crises que o país tem vivenciado desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, atreladas ao avanço da extrema direita que se institucionalizou com o governo do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios do campo, das águas e das florestas sempre estiveram associados a diversos marcadores de exclusão, que relegaram a esses espaços projetos educativos de caráter emergencial e paliativos, a fim de sanar as disparidades em relação aos centros urbanos do país. A necessidade de formação de mão de obra barata também foi um dos motivos que levaram

educação para as populações, inevitavelmente essas propostas nunca almejaram uma educação emancipatória que esteja conectada com os sujeitos do campo e que de fato promova cidadãos críticos.

As reflexões aqui tecidas mostraram um exemplo de experiências de coletividade e união frente aos desafios vivenciados nos territórios campestres, um recorte das muitas realidades que ocorrem nas Amazônias, trazendo à tona os esforços frente ao poder Público para se garantir uma vida digna e de qualidade para os sujeitos que fazem parte dessa dialética.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Heloisa. **Educação do Campo e os Planos de Educação**. REVISTA AMAZÔNIDA, 2016, ANO 01, Nº 01, p. 96 – 117.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 09 de março 2020. Disponível em: <https://1library/document/zk8k8emz-funcao-social-escolas-campo-desafios-educacionais-nosso-tempo.html>

DINIZ, Aldiva Sales. **EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO UM PROCESSO DE RESISTÊNCIA: a experiência do PRONERA na Universidade Estadual Vale do Acaraú, estado do Ceará**. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 32, p. 325-345, abr, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra.1997

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina**. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâ-**

neos. São Paulo: Loyola, 2014.

GHEDIN, Evandro; BORGES, Heloísa. **Educação do Campo: A epistemologia de um horizonte de formação**. Manaus: UEA Edições, 2007.

GHEDIN, Evandro. **O vôo da Borboleta: Interfaces entre Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos**. Manaus: Edições UEA, 2008.

HAGE, S. M. **Trabalho, Natureza e Cultura como referência para a construção da escola pública do campo na Amazônia**. Revista NERA n. 18 (14). 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

NASCIMENTO, Aristonildo Chagas Araújo; MOURÃO, A. R. B. (Orgs). **Educação, Culturas e Diversidades** – Manaus: Edua, 2011. v. 1

OLIVEIRA, Fabiano Custódio de; TORRES, Denise Xavier; MIRANDA, Maria da Conceição Gomes de. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: Saberes e Experiências de Práticas Pedagógicas no Contexto Educacional**. Santa Maria- RS: Arco Editores, 2021.

RIBEIRO, Marlene. **Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo**. Educ. Pesqui. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015.

SILVA, André Luiz Batista da. **A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo**. Revista Brasileira de História da Educação (v. 2 0, 2020) <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112> e-ISSN: 2238-0094

SILVA, Maria Vieira; JÚNIOR, Astrogildo Fernandes Silva. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: dimensões históricas e perspectivas curriculares**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p. 314-332, Set. 2012 - ISSN: 1676-2584

SOUZA, Aparecida Darc de; et al (org.). **Da educação sem sentidos aos sentidos da Educação: crises e dilemas, sonhos e lutas**. Curitiba: CRV, 2017.

SOUZA, Emerson Bellini Lefcadito de. **Os movimentos sociais e a educação do/no campo: a ausência de políticas públicas e as condições históricas que fizeram emergir a luta pela educação no MST**. Eixo 6: Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação), 2006. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Emerson%20Belline%20Lefcadito%20de%20Souza.pdf>

TRENTINI, Flavia, et al. **DIÁLOGOS PARA O DIREITO E CIDADANIA NO CAMPO**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

VASCONCELOS, Marias Eliane de Oliveira (org.). **Educação do Campo em Parintins: limites e possibilidades**. São Paulo: Scortecci, 2016.

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NO AMAZONAS: HISTÓRIA E DIÁLOGOS COM AS TERRITORIALIDADES DAS ÁGUAS, DAS TERRAS E DAS FLORESTAS**. TESE -Programa de Pós-Graduação em Educação- Universidade Federal do Pará. Belém/PA 2017.

VILHENA JR, W.M; MOURÃO, A. R.B. Políticas Públicas e os Movimentos Sociais: por uma educação do campo. IN: GHEDIN.E. **Educação do Campo: epistemologia e práticas**. – 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

*Recebido em: 11/04/2023  
Aprovado em: 01/05/2023*